

No projeto original da *Trabalho, Educação e Saúde*, propusemos a inclusão da seção Relato por identificarmos a necessidade de criar espaços onde as experiências de educação profissional em saúde e, em particular, aquelas relacionadas à formação de trabalhadores de nível médio pudessem ganhar visibilidade. Durante alguns anos, a seção atendeu a essa expectativa. Entretanto, a ênfase que a formação foi adquirindo entre as políticas de saúde, com a instituição de diversos programas governamentais, para formação em nível técnico e de nível superior, acarretou um aumento expressivo de experiências nessa área.

Inúmeros textos com a educação superior como objeto têm sido submetidos ao periódico, visando a seção Relato. Tal fato nos sugere ser mais relevante nos situarmos diante da formação em saúde, reconhecendo a importância de aprofundar teoricamente a reflexão sustentada por essas experiências. Assim, a editoria da *Trabalho, Educação e Saúde* optou por ampliar o número de artigos por fascículo e interrompeu a publicação de textos de relato. Aqueles que já estiverem em processo de avaliação, se aprovados, serão publicados.

Neste número, os dois primeiros textos discutem questões relacionadas ao trabalho em odontologia. O primeiro é o ensaio *Divisão do trabalho odontológico em perspectiva: desafio de interpretar as competências dos técnicos*, de Carlo Zanetti, José Oliveira e Maria Helena Mendonça. Teoricamente, está balizado pelos referenciais do institucionalismo histórico e regressa a processos significativos para discutir a profissionalização em odontologia. Para tanto, põe em tela cenários internacionais, a fim de posteriormente centrar a análise no contexto brasileiro. Os autores buscam captar o debate político e, dentre as conclusões, sinalizam a insuficiência nas pesquisas e análises que assumem a odontologia no Brasil como fenômeno profissional, e criticam o modo como a divisão social do trabalho em odontologia está incorporada no Sistema Único de Saúde.

O artigo *Saúde Coletiva e novas diretrizes curriculares em odontologia: uma proposta para a graduação*, de Sérgio Freitas, Maria Cristina Calvo e Josimari Lacerda, centra-se na relação entre a definição de diretrizes curriculares e a configuração da atuação profissional. Os autores indicam a necessidade simultânea de adequar a formação às diretrizes curriculares nacionais e mobilizar recursos pedagógicos que gerem uma aproximação desta formação com a atuação profissional no contexto do Sistema Único de Saúde.

O artigo *Promoção da saúde: a concepção dos profissionais de uma unidade de Saúde da Família*, de Carol Rodrigues e Kátia Ribeiro, priorizou o diálogo com trabalhadores de nível médio para investigar como a promoção à saúde é entendida em termos conceituais e, também, na formulação da política. Os resultados mostram um descompasso entre a incorporação da concepção ampliada de saúde frente ao conhecimento sistematizado sobre a política de promoção à saúde. A dificuldade de estabelecer e realizar atividades

planejadas no âmbito da promoção à saúde do idoso foi outro resultado discutido pela pesquisa. A educação permanente em saúde é apontada pelas autoras como uma das possibilidades para tornar a promoção à saúde uma concepção que oriente o trabalho no setor.

A *institucionalização do trabalho do agente comunitário de saúde* é o título do artigo de Agleildes Queirós e Luci Lima. Na pesquisa que dá origem ao texto, as autoras buscaram reconhecer as contradições que permeiam a institucionalização do trabalho do agente comunitário de saúde (ACS), em perspectiva histórica, adensada pelos resultados de uma pesquisa qualitativa. O texto nos faz pensar sobre a possível ambiguidade do perfil deste profissional, que tem imbricados em sua identidade os papéis de agente de Estado e mobilizador comunitário. Entre outras reflexões, aborda a repercussão desse processo nas apostas que são feitas em torno de sua formação e regulação profissional e ressalta os saberes populares como componente fundamental do trabalho educativo dos ACS.

O artigo *O ensino de biossegurança em cursos técnicos em análises clínicas*, de Andrezza Picolli, Mônica Wermelinger e Antenor Amâncio, apresenta um panorama crítico e atual do trabalho técnico em saúde, com ênfase nas análises clínicas. Discute o ensino de biossegurança com base em uma investigação com docentes da rede pública. O núcleo da pesquisa são as práticas de ensino, e as conclusões vão no sentido de indicar a importância de efetivar mudanças no plano curricular, extrapolando a perspectiva biologicista que predomina na abordagem do tema, bem como a necessidade de incorporar estratégias pedagógicas que potencializem a aproximação entre a formação de técnicos em análises clínicas e as necessidades do Sistema Único de Saúde.

As mudanças ocasionadas pela definição das diretrizes curriculares nacionais para graduação na saúde, em 2002, têm gerado estudos em diversas áreas. No artigo *O ensino da Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Londrina: da análise documental à percepção dos estudantes*, as autoras Flávia Gonçalves, Brígida Carvalho e Celita Trelha situam o movimento de aproximação entre a formação e fisioterapia e a saúde coletiva. A discussão do artigo sustenta-se na análise de ementas curriculares e do diálogo direto com estudantes da graduação. As três demarcam os avanços conquistados no currículo prescrito, mas registram a necessidade de promover uma integração mais significativa entre teoria e prática, além de aprofundamentos conceituais.

Em *Repercussões do processo de ensinar-aprender em serviços de saúde na qualidade de vida dos usuários*, Maria Regina Delfino et al. enfrentam, em primeiro lugar, a discussão teórica e política que marca a reflexão sobre qualidade de vida. Em seguida, propõem uma pergunta bastante original que dá origem ao título do texto e que orienta a investigação. As conclusões indicam uma percepção de acolhimento por parte dos usuários, que atribuem

características bastante positivas à relação entre alunos e professores refletidas na avaliação geral sobre a qualidade do atendimento recebido.

O entrevistado deste número é Eduardo Luis Menéndez Spina, antropólogo argentino desde 1976 radicado no México. Realizada por Ana Lúcia Pontes e Renata Cortez, a entrevista trata das principais contribuições de Menéndez para o campo da antropologia médica, com destaque para modelos de atenção, autoatenção e enfoque relacional.

Por fim, a revista publica duas resenhas. Márcia Valéria Morosini elabora a análise do livro *O agente comunitário de saúde: práticas educativas*, organizado por Fábio Luiz Mialhe. A obra *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*, organizada por Carlos Minayo, Jorge Machado e Paulo Pena, é examinada por Luis Henrique da Costa Leão.

Angélica Ferreira Fonseca
Carla Macedo Martins
Marcela Alejandra Pronko